

Joaquim António de Moura Flores

O PAÇO DOS CONDES DE BARCELOS



O Paço dos Condes de Barcelos¹

Joaquim António de Moura Flores *

BREVE HISTÓRIA

Não é possível determinar, com exactidão, a data de construção do Paço dos Condes, posteriormente Duques, de Barcelos. Alguns autores, como o Professor Ferreira de Almeida², colocam a sua construção no tempo de D. Fernando, 2º Duque de Bragança, sendo as obras continuadas pelo filho deste. Tal opinião, que influenciou outros autores³, é baseada na interpretação de um documento existente no Arquivo Municipal de Ponte de Lima (pergaminho nº 40), referente a um protesto apresentado pelos Limianos às cortes de Évora, em 1481⁴. Tal documento deixa perceber que as obras, para as quais D. Afonso tinha lançado talha, estavam há muito terminadas, estando na época o neto a refazer o Paço.

A interpretação que deste documento faz Maria da Conceição Falcão Ferreira⁵, aponta-nos para que as obras tenham sido realizadas por D. Afonso, já que, nele se diz que *ha mais de xxb anos que he acabado*,

¹ Trabalho realizado no âmbito do Curso de Mestrado de "Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos" - F.A.-U.T.L..

* Arquitecto da Equipa Responsável pela Elaboração do Plano do Centro Histórico de Barcelos.

² Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, *Barcelos*, Lisboa, 1990, p. 36.

³ Dias, Pedro, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, 1994, p. 189 e ss.; Almeida, Carlos Alberto Brochado de, *Catálogo do Museu Arqueológico de Barcelos*, Barcelos, 1993; Silva, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses - caracterização e evolução da habitação nobre (Séc. XII a XVI)*, Lisboa, 1993 (texto policopiado).

⁴ Arquivo Municipal de Ponte de Lima, «Pergaminho nº 40», in *O Archeologo Português*, vol. XXI, Janeiro a Dezembro de 1916, Nº 1 a 12.

⁵ Ferreira, Maria da Conceição Falcão, «Barcelos: Terra de Condes (Parte II)», in *Barcelos Revista*, 2ª Série, nº 3, Barcelos, 1992, p.13 e ss..

reportando-se esta contagem à *era de mill e iiij^{ta} L anos que o duq de villaviçosa foy amtre doyro e minho*; sendo assim, estas teriam sido concluídas por volta de 1425. Tal queixa deve-se ao facto do 3º Duque de Bragança ter obtido a ratificação da carta obtida por seu avô para realizar as obras (TT, *Ch. D. Afonso V*, l.32, f.126 e 183 - 8/7/1480, 6/11/1480)⁶, da qual seu pai tinha prescindido. O protesto é apresentado pelos Limianos com um certo exagero, esperando certamente tirar partido da inimizade que El-Rei D. João II nutria pela Casa de Bragança, fruto da posição assumida por D. Fernando I relativamente ao casamento de D. Afonso V com D. Joana de Castela.

Um documento, referindo o lançamento de um pedido de 4 rs., em 1414, para a construção do Paço do Conde (TT, *Col. Guim., Docs. Régios*, m.2, n.26)⁷, vem lançar alguma luz sobre o assunto. Confirmando esta data, uma escritura de 6 de Janeiro de 1427, citada pelo Dr. António Ferraz, "(...) feita no Paço do Conde D. Afonso, em Barcelos"⁸, relativa ao emprazamento da bouça de Calhabouço a Estevão Annes e sua mulher Grácia Martins. Sendo assim, e organizando os documentos disponíveis, penso que é possível obter uma cronologia relativamente próxima da realidade, situando a construção do Paço Condal entre 1406, data do primeiro documento referente às obras de Barcelos⁹, e 1425, segundo o documento de Ponte de Lima. Porém, a data de início da construção deve ser posterior ao indicado, certamente por volta de 1412, data provável da morte de D. Beatriz Pereira e início dos preparativos da expedição a Ceuta. O Conde D. Afonso deverá ter-se fixado em Barcelos por esta altura, já que, o Infante D. Henrique, seu irmão, se encontrava no Porto a preparar a armada de Ceuta e estando o Conde empenhado na expedição, tal como os seus irmãos por via legítima, é de crer que quisesse estar num local acessível relativamente a esta

⁶ Ferreira, Maria da Conceição Falcão, *op. cit.*, p. 13 e 14.

⁷ Ferreira, Maria da Conceição Falcão, *op. cit.*, p. 13.

⁸ Ferraz, António, «História de Barcelos» (manuscrito), 3º Volume, p. 25, in Azeredo, Francisco de, *Os Paços dos Condes-Duques de Barcelos*, Porto, 1954, p. 18.

⁹ Trata-se de um documento citado por Ferreira de Almeida (*op. cit.*, p. 32 e 34), em que o Concelho de Porto protesta pelos encargos impostos aos moradores de Azurara para os muros e torres de Barcelos.

cidade. Esta data não nos é suportada por nenhum documento, mas parece-me, pelas razões apresentadas, ser perfeitamente credível. Pode-se assim balizar a construção do Paço entre 1412 e 1425, datas discutíveis, mas com alguma probabilidade de serem reais.

D. António Caetano de Sousa, citando o Bacharel Cristovão Rodrigues Azinheiro, refere-nos que D. Afonso, aquando do saque consequente da tomada de Ceuta, mandou retirar o “forro da camera de ouro de Calabença, que era pao de «Loes» (talvez seria de Calambuco ao qual chamão «Lignum Aloes»), as columnas, e huma mesa de marmore muito grande, o que tudo puzera no seu palacio de Barcellos; e outra mesa de marmore, que collocara por altar a Santa Maria da Franqueira”¹⁰. O referido altar ainda se encontra na dita igreja, sendo assim, poderemos concluir que esta passagem algum fundamento terá, ainda que com certas reservas, já que Cristovão Rodrigues Azinheiro escreveu o seu livro no século XVI, cerca de uma centúria e meia após o acontecimento.

Se as datas de construção do Paço são discutíveis, dentro de certos limites, parece-me relativamente seguro poder afirmar que a iniciativa da sua edificação partiu de D. Afonso, ao tempo, Conde de Barcelos.

Pela leitura do pergaminho de Ponte de Lima, as obras empreendidas por D. Fernando I e especialmente por seu filho, seriam certamente obras de remodelação do edifício, em particular ao nível do corpo superior da torre sobre a ponte. A mais antiga fonte iconográfica existente sobre Barcelos e sobre o Paço, a vista de Duarte D’Armas, realizada no início do séc. XVI, prova-nos isso mesmo, pois a referida torre é coroada no seu corpo superior por merlões de características mais tardias que os do restante edifício. Será esta certamente a obra a que aludirão os Limianos quando referem que *por lhe parecer a este duque dom fernando q avya ajnda mester mais obra mandou desfazer huua das milhores torres e mais principaaes que hi auia*. A distribuição territorial dos bens da Casa de Bragança acentua-nos ainda esta hipótese, já que, o Condestável ao distribuir os seus bens pelos netos, atribuiu ao primogénito essencialmente

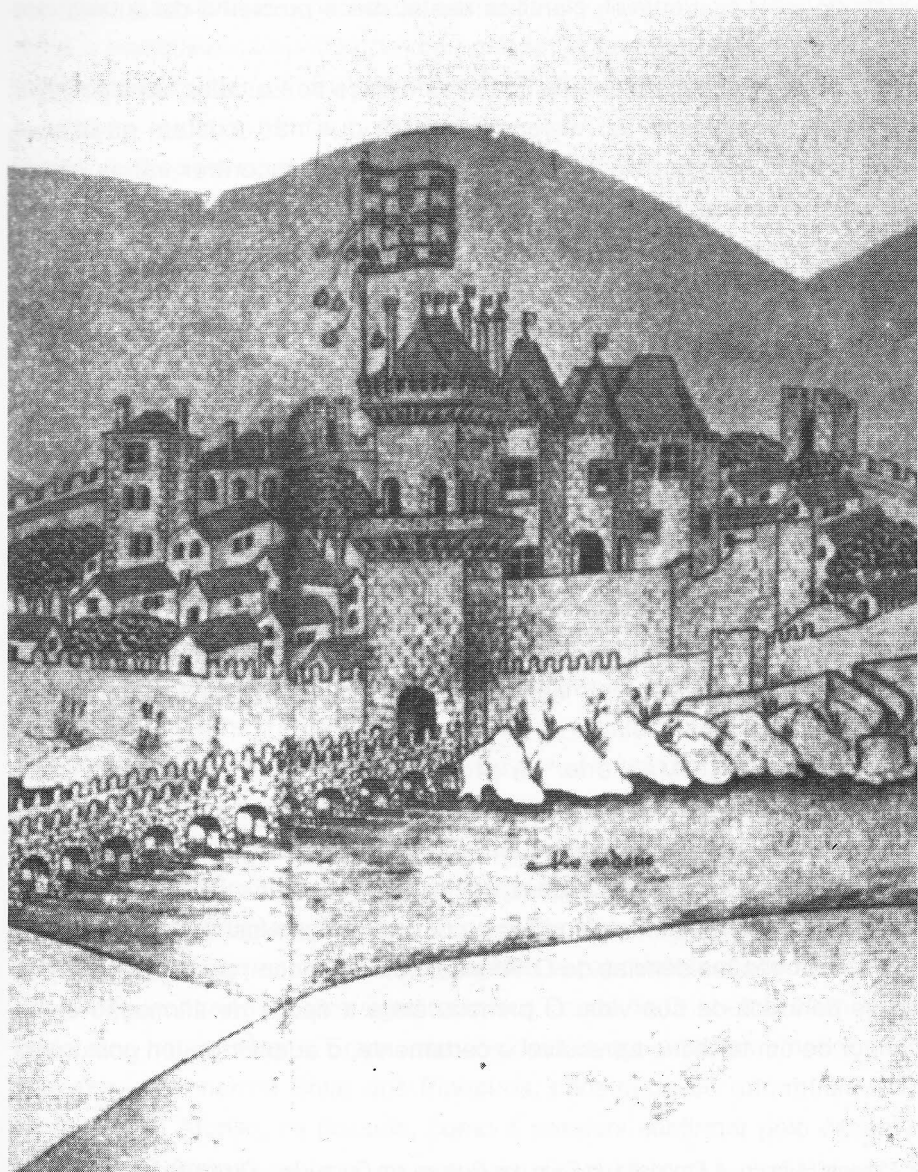
¹⁰ Sousa, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo V, Lisboa, 1738, p. 75.

territórios no Norte de Portugal, enquanto que a D. Fernando couberam os do Alentejo. Nesta medida, toda a vida do segundo Duque, assim como a de seu filho, foram realizadas no sul do país e só muito tarde, com a morte do irmão, um ano antes da de D. Afonso, pôde aspirar ao Ducado e consequentemente aos territórios do Norte. Este facto foi decisivo para que nos fosse difícil acreditar que a iniciativa de erguer o Paço partisse de D. Fernando, a quem Barcelos pouco diria.

Não sendo este Paço comparável ao de Guimarães, na sua escala, tem no entanto várias semelhanças, que nos podem levar a afirmar que este edifício, precedendo o Vimaranes, teve já algum estudo das soluções que iriam ser adoptadas naquele. Em particular, poder-se-ão referir os telhados com uma inclinação superior ao habitual em Portugal, como é possível observar no já referido desenho de Duarte D'Armas. Poderá colocar-se a hipótese de tal ser influência estrangeira, que o viajado Conde de Barcelos teria introduzido no seu Paço Condal e posteriormente em Guimarães. Existem, nesta linha, referências a um Mestre Antom de Pedraria, residente em Guimarães, mas cuja referência documental é tão escassa que não é possível concluir mais do que a sua existência e o seu testemunho numa escritura quatrocentista. Alfredo Guimarães¹¹ põe a hipótese de ser este o autor dos Paços Vimaraneses e de o mesmo ser francês. Mas, como refere o arquitecto Rogério de Azevedo, "este Mestre Antom que aqui entra parece uma incógnita. Pelo facto de servir de testemunha ao Almojarife em Guimarães e pelas pessoas que entram no contrato, pode inferir-se que era pessoa de importância (como o eram naquele tempo os Mestres de Pedraria) e que andaria na roda dos Duques portanto"¹². O documento existente não nos prova nem a autoria do edifício, nem a nacionalidade do Mestre de Pedraria, já que Antom poderá muito simplesmente ser Antão, e para além disso a data do mesmo revela-se bastante tardia, 15 de Maio de 1460, um ano antes da morte do Conde D. Afonso. A presença meteórica deste Mestre e a inexistência de obras referenciadas como suas, também não nos permite qualquer conclusão, como escreveu Alfredo Pimenta, "a

¹¹ Guimarães, Alfredo, *Guimarães. Guia de Turismo*, Guimarães, 1940, p. 83 e ss..

¹² Azevedo, Rogério de, *O Paço dos Duques de Guimarães*, Porto, 1942, p. 86 e ss..



Excerto do Desenho de Duarte D'Armas (início do séc. XVI)

única posição sustentável, cientificamente, neste problema da autoria dos Paços, é a ignorância¹³.

Relativamente à autoria do risco do Paço de Barcelos, só é possível confessar, mais uma vez, a ignorância, já que não existem quaisquer referências documentais. No edifício é possível encontrar várias siglas talhadas na pedra, provavelmente pertencentes a quem construiu ou nele fez alterações, no entanto, a existência de um número reduzido de estudos sobre o assunto, que possam servir de comparação, impede-nos de obter conclusões. Todavia, na Torre da Porta Nova, construída no início do séc. xv, é possível encontrar siglas idênticas, nalguns casos, e muito semelhantes, noutros, o que nos permite colocar a hipótese de os mestres de pedraria que realizaram as torres terem também construído o Paço. A coincidência das siglas nos dois edifícios reforça a hipótese da datação proposta para a construção do Paço. Estas marcas encontram-se por toda a Torre, quer exterior, quer interiormente. Além das siglas que se encontram também no Paço dos Condes, é possível encontrar muitas outras, algumas semelhantes às referenciadas por Joaquim Possidónio da Silva¹⁴; inclusivé é possível encontrar alguns símbolos maçónicos, tal como nos são reproduzidos por este autor¹⁵.

Montalvão Machado¹⁶, a propósito da residência do Conde D. Afonso em Chaves, publica as siglas existentes na Torre de Menagem do Castelo, mas estas serão certamente do tempo da reedificação da mesma por El-Rei D. Dinis, de qualquer modo, entre aquelas não se encontra, aparentemente, nenhuma coincidente com as de Barcelos.

As três residências de D. Afonso, correspondem, de modo genérico, a três períodos da sua vida. O primeiro seria a época de afirmação como senhor de um território apreciável e certamente, o adquirir de um gosto pela

¹³ Pimenta, Alfredo, *A Propósito do Paço dos Duques em Guimarães*, Guimarães, 1942, p. 21.

¹⁴ Silva, Joaquim Possidónio Narciso da, *Mémoire de L'Archéologie sur la véritable signification des signes qu'on voit gravés sur les anciens monuments du Portugal*, Lisboa, 1868.

¹⁵ Ver Anexo relativo às Marcas de Pedreiro.

¹⁶ Machado, J. T. Montalvão, *D. Afonso 1º Duque de Bragança - sua vida e sua obra*, Lisboa, 1964, p.115.

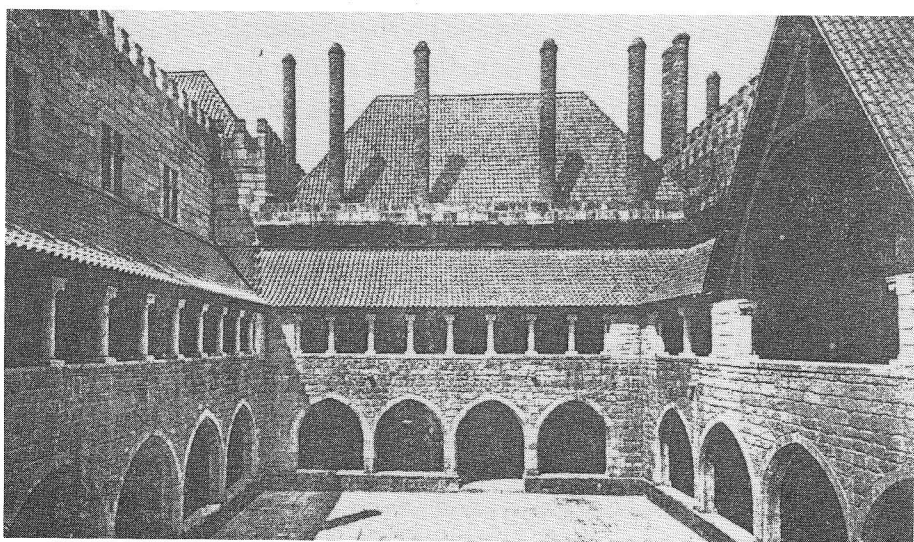
erudição e opulência, consolidado nas suas viagens pela Europa. Barcelos seria a materialização pétrea de um período de transição, entre a morte da sua primeira mulher e o seu casamento com D. Constança de Noronha, com o qual se inicia a última fase de afirmação do poderio do Conde de Barcelos. A época correspondente à edificação do Paço de Barcelos é ainda coincidente com o início da expansão ultramarina, que tanto entusiasmou os Infantes de Portugal, assim como o Conde D. Afonso. Pode-se também ver em Barcelos um esboço, ainda que simples, da sua obra máxima que é o Paço Vimaranesense. O 1º Duque de Bragança possuiu ainda uma outra morada, em Lisboa, mas que se poderá considerar como ocasional, pois seria a sua residência aquando das deslocações à Corte, não sendo comparável àquelas que ali possuíam seus filhos, os Condes de Ourém e Arraiolos¹⁷. Desta residência, denominada por *Paços de apar de S. Cristovão*, por se situarem no Largo de S. Cristovão, junto à Igreja do mesmo nome, como nos refere Montalvão Machado¹⁸, já nada resta, fruto de diversas campanhas de obras, que procederam a diferentes reconstruções.

A primeira habitação do Conde de Barcelos não nos pode, em termos tipológicos ou ao nível dos elementos arquitectónicos, servir como comparação para o Paço de Barcelos. A similaridade que podemos encontrar entre as duas construções, faz-se ao nível dos significados, pois ambos os edifícios, ainda que separados temporalmente, representam a residência fortificada do senhor feudal, dominando, num plano elevado, os seus territórios. Em Barcelos é este o significado atribuível aos merlões, já que, como construção gótica que é, afastada dos tempos em que o factor defesa era fundamental, estes assumem a representação do poder. É possível encontrar o mesmo significado nos Paços do Concelho, símbolo do poder dos homens-bons. Eram estes os dois únicos edifícios ameaçados em Barcelos, pois nem o Solar dos Pinheiros, construído ou reformulado em tempo de D. Afonso, os possuía, como é possível confirmar pelo desenho de Duarte D'Armas.

¹⁷ A propósito dos Paços de Lisboa da Casa de Bragança ver: Machado, J. T. Montalvão, *op. cit.*, p. 209 e ss.; Silva, A. Vieira da, *Os Paços dos Duques de Bragança*, Lisboa, 1942; e Teixeira, José, *O Paço Ducal de Vila Viçosa*, Lisboa, 1983, p. 11 e ss..

¹⁸ Machado, J. T. Montalvão, *op. cit.*, p. 211 e ss..

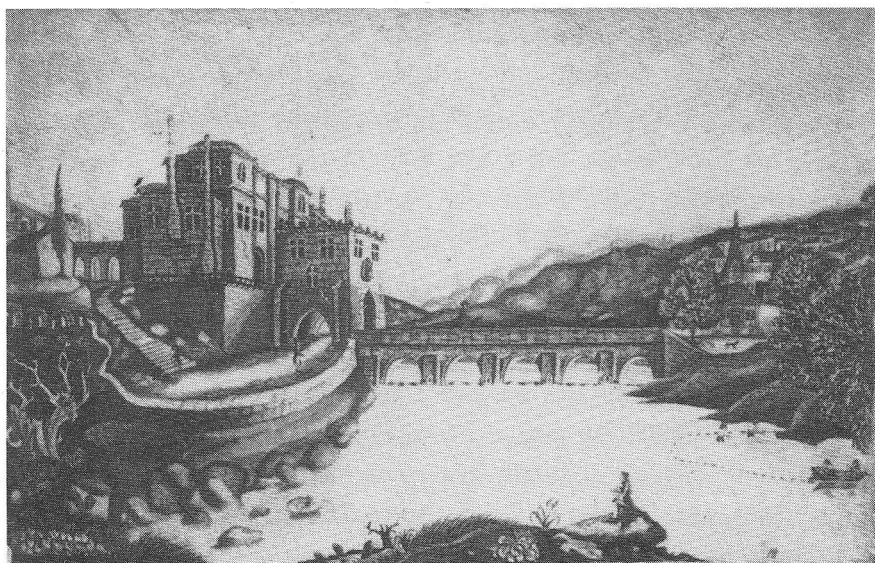
Relativamente ao Paço de Guimarães, se podemos encontrar algumas semelhanças em termos de algum vocabulário arquitectónico, como sejam os já referidos telhados, as chaminés ou as janelas em cruzeta lancetada, em termos de tipologia espacial pouco podemos comparar entre as duas edificações. O Paço de Barcelos é uma construção compacta, que se organiza em cinco corpos rectangulares, a que se junta um sexto sobre a torre que protegia a ponte, distribuindo-se os diversos compartimentos pelo rés-do-chão e primeiro piso sobradado. Em Guimarães, a construção monumental é feita em extensão, organizando-se em planta quadrangular, ao redor de uma pátio central, "(...) com os ângulos vincados por torres ou corpos mais fortes (...) à maneira dos de além-Pirinéus de Quatrocentos"¹⁹. Ao contrário do que acontecia neste palácio de Guimarães, em que o aspecto defensivo é atenuado e transformado em pormenor estético, o de Barcelos ainda possui algumas preocupações a esse nível, características filiáveis em períodos mais remotos da habitação senhorial, pelo que o podemos classificar, em certa medida, arcaizante. É dentro deste princípio



Paço dos Duques de Bragança em Guimarães - Pátio Central

¹⁹ Dias, Pedro, *op. cit.*, p. 189.

que temos de considerar o modo como os vãos são distribuídos pelas fachadas, colocando-se aberturas de menores dimensões nas fachadas voltadas para o rio, defensivas portanto, enquanto que as voltadas para o interior da povoação têm características mais nobres e rasgamentos mais profundos. O Paço de Guimarães possuiria ainda uma série de sistemas complexos, inexistentes em Barcelos, como é referido pelo arquitecto Rogério de Azevedo: “(...) o aquecimento perfeitamente distribuído, a condução de águas pluviais, com rede completa de esgoto, embebida nas paredes e com escape nas latrinas”, que refere ainda a existência de “escadas de serviço, alpendres acolhedores, a ampla e graciosa Capela, cujos janelões, na fachada sudeste, são a única nota externa brincada; no interior dois coros ladeando o altar, cada qual com o seu fogão e uma tribuna com escape para a varanda alpendrada (...)”²⁰.



Excerto da pintura de A. Augusto Pereira (finais do séc. XVIII)

O Paço de Barcelos possuiria ainda uma característica curiosa, trata-se de um “passadiço do lado norte que unia o paço ao coro alto da

²⁰ Azevedo, Rogério de, *op. cit.*, p. 62 e ss..

Colegiada, certamente tardio”²¹. Este passadiço é possível de identificar apenas numa pintura feita em 1856, por A. Augusto Pereira, reproduzindo um desenho realizado por seu pai nos finais do séc. XVIII. Tal gravura é, porém, bastante fantasiosa, pois se reproduz elementos que são indiscutíveis, atribue ao Paço Condal uma escala exagerada, além de o representar num bom estado de conservação, que este já não possuiria na época.

A passagem do Condado para o segundo Duque de Bragança, deslocou o centro da Casa Ducal para o Sul, o que originou que Barcelos fosse gradualmente sendo preterida em favor de Lisboa e Vila Viçosa. Ainda assim, o Duque D. Jaime, quando reaveu os títulos e bens da Casa de Bragança, mostrou alguma preocupação pelo património recuperado, chegando a requerer em 1530 ao Arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa²², autorização para deslocar a Matriz para outro local, “por estar mui cheguada aos ditos paços e torre e ser empedimento pera a fortaleza”²³, escondendo assim a verdadeira intenção de ampliar os seus Paços. O Arcebispo dá o seu acordo, mas, de maneira diplomática, coloca tais condições ao 11º Conde de Barcelos que este se vê impedido de realizar o seu intento. Assim, o assunto é esquecido e não se volta a ter referências a qualquer interesse, por parte da Casa de Bragança, relativamente ao seu Paço de Barcelos.

O Professor Ferreira de Almeida coloca mesmo a hipótese de o Paço de Barcelos nunca ter sido concluído²⁴, o que me parece bastante credível, já que o Tombo dos bens da Casa de Bragança, realizado em 15 de Setembro de 1609, ao descrever as várias «casas» que constituíam o paço, faz referência a “(...) outras que se não acabarão q estão p. a banda do norte servem de quintal”²⁵. Um outro Tombo, realizado em 20 de

²¹ Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, *op. cit.*, p. 37.

²² Vide Marques, José, *D. Diogo de Sousa Salvou a Matriz de Barcelos*, Barcelos, 1984.

²³ TT, Fundo antigo, nº 121, fls.10-11v, in Marques, José, *op. cit.*, p. 11. É interessante notar que, mais uma vez, o Paço é identificado como uma fortaleza.

²⁴ Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, *op. cit.*, p. 38.

²⁵ Arquivo da Casa de Bragança, no palácio de Vila Viçosa, «Tombo 5 do Julgado de Neiva», fls. 4v in Azeredo, Francisco de, *op. cit.*, p. 20 e 21.

Fevereiro de 1706, descreve-nos já alguma ruína, pois “(...) as ditas cazas estão descobertas sem telhados nem sobrados (...)”²⁶.

A história do Paço de Barcelos é a partir daqui feita essencialmente pelo desinteresse dos proprietários e pelo acentuar do estado de degradação das suas estruturas. Se o terramoto de 1755 não fez no Paço estragos assinaláveis, como é possível deduzir pelo silêncio do Padre Pedro de Gouvea, aquando das Memórias Paroquias de 1758, já o mesmo não se poderá dizer da passagem do séc. XIX por este edifício.

O primeiro sinal foi o desmoronamento da torre sobre a ponte e de parte do Paço, “que teve lugar pelas 6 horas da madrugada do dia 24 de Janeiro de 1800. Na sessão Camarária do dia imediato foram largamente discutidas as providências a tomar *e pelo presidente foi dito q. fizera um ofício ao Cap. de Eng.^{ria} Custódio José Gomes de Vilas-Boas par vir a esta Vila para melhor acerto do que se deve fazer a respeito da ruína do Paço da torre da ponte e da mesma ponte para mandar vir um barco para a passagem provisória*”²⁷. Este capitão “apressou-se (...) a comparecer em Barcelos, pois na sessão da Câmara do dia imediato, 26 de Janeiro de 1800, já este, perante a vereação e o provedor do Sereníssimo Estado e Casa de Bragança, combinou as providências a tomar, que consistiam em desobstruir a ponte das pedras que nela tinham caído e com grandes catapultas deitar abaixo o resto da torre que ficara de pé e dois panos de parede do Paço que também ameaçavam ruína, e deu por causa do desmoronamento as grandes chuvas que tinham caído desde o fim do ano, que, a pouco e pouco, foram penetrando nas argamassas de barro fazendo com que estas aumentassem de volume e provocassem, assim, o desmoronamento”²⁸. A 20 de Março do mesmo ano ainda os destroços não tinham sido limpos, já que, nessa data a “(...) Câmara Municipal mostrava preocupação pelos distúrbios que a anómala presença de muita pedra causava naqueles que pretendiam circular pela ponte e respectivos

²⁶ Arquivo da Casa de Bragança, em Barcelos, «Tombo 15», fls. 900v in Azeredo, Francisco de, *op. cit.*, p. 23.

²⁷ Azeredo, Francisco de, *op. cit.*, p. 25.

²⁸ Azeredo, Francisco de, *op. cit.*, p. 25.

acessos”²⁹. Em sessão de Câmara do dia 13 de Agosto desse mesmo ano, deliberou esta requerer ao Príncipe Regente autorização para apear uma outra parede, que ameaçava ruína, na fachada sul.

O desinteresse a que eram votadas as ruínas da velha residência Condal, fica bem patente na segunda década de 1800, em que o Procurador em exercício, José Simões Gomes, “tinha feito demolir grande parte do muro voltado à Colegiada e todo o muro que volta pelo Nascente e que confronta com a rua que passa defronte da casa de M.^{el} José da Costa Felgueiras Gaio-até à torre que fica à ponta do lado Sul de cuja torre fez apear grande parte bem como as varandas e chaminés pelo lado Poente”³⁰. Em sessão camarária de 14 de Novembro de 1829 é apresentado um requerimento, pelo Procurador Domingos Martins Ribeiro de Sousa Costa, exigindo à viúva de José Simões Gomes, uma indemnização pelas demolições efectuadas, das quais tinham resultado 10.000 carros de pedra, que este vendera.

As demolições referidas, poderão explicar os corpos existentes, um a nascente e outro a norte deste, registados no levantamento executado pelo já citado Capitão de Eng.^{ria} Custódio José Gomes de Vilas-Boas, no final do séc. XVIII. Porém, tal representação gráfica, poderá apenas indicar a existência de muros, ou de casas inconclusas, pois os já citados Tombos apenas nos referem a existência de seis casas-torre, incluindo aquela que existia sobre a Torre da Ponte. Não me parece possível que os corpos representados na planta referida sejam compartimentos do Paço, já que, como foi referido, as fontes iconográficas e escritas existentes não os mencionam ou os permitem visualizar como tal. Através da pintura de A. Augusto Pereira, seria talvez possível colocarmos a dúvida, porém, como já foi referido, parece-me que tal fonte não é credível. Tal pintura foi realizada sobre um desenho de seu pai, em 1856, portanto, em data posterior às derrocadas de 1800, o que nos pode explicar a falta de rigor da dita pintura, que certamente procuraria também agradar à família de Bragança, exagerando assim o artista na magnificência da obra.

²⁹ Almeida, Carlos Alberto Brochado de, *op. cit.*, p.1.

³⁰ Ferraz, António, *op. cit.*, 2º Volume, in Azeredo, Francisco de, *op. cit.*, p. 25.

Foi ainda resolvido, na sessão de Câmara de 14 de Novembro de 1829, demolir o corpo do Paço a Norte, voltado à Colegiada, dando prosseguimento a uma ordem Régia de 1820 que consentia na referida demolição³¹.



Excerto da Planta Militar de Barcelos (1806)

“Aí por 1838, esteve instalado um pequeno teatro na ruínas do Paço, que ocupava o corpo que corre de Leste a Oeste e que frontea para Norte, e era *de construção muito ligeira mas bonito no interior e de modo a*

³¹ Ferraz, António, *op. cit.*, 2º Volume, in Azeredo, Francisco de, *op. cit.*, p. 25.

satisfazer as exigências da terra. Este teatro ardeu, aumentando, por isso, ainda mais, o aspecto desolador do Paço³². Este teatro teria aí sido instalado por volta 1825, quando, em virtude da aprovação Régia, se decidiu apelar o que restava da Torre da Ponte e reconstruir a fachada sul do corpo de maiores dimensões³³.

Por ocasião da visita de D. Maria II ao Minho, em 1852, a casa que lhe deu hospedagem em Barcelos sofreu um violento incêndio na noite de 6 para 7 de Maio, sendo patrocinada a sua reconstrução pela Rainha, que autorizou que se usasse pedra proveniente do Paço Condal e muralhas da Vila. Tal situação não foi porém inédita, já que o matadouro, situado em Barcelinhos, foi construído com pedra proveniente da mesma construção.

O estado de desprezo para com o Paço dos Condes atingiu tal ponto que, em 1870, um Senhor que habitava junto da Igreja Matriz, mandou desfazer o cunhal Sul-Poente do Paço, por este lhe impedir a visualização das suas propriedades de Barcelinhos. Várias fotografias do início do Século atestam esta demolição, que em 1937 foi anulada por obras realizadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos, como é possível deduzir pela correspondência trocada entre o arquitecto Rogério de Azevedo, Director da Secção do Porto, e o Director Geral, em Lisboa. Fotografias posteriores a 1937 confirmam-nos esta intervenção, que respeitou o existente, pois apenas se encontrava desfeita uma janela que era de fácil reposição.



Fotografia do Paço dos Condes de Barcelos no início do séc. XX (cerca de 1905)

³² Azeredo, Francisco de, *op. cit.*, p. 25 e 26.

³³ Azeredo, Francisco de, *op. cit.*, p. 27.

O paradigma da negligência do séc. XIX, chega com a Sessão de Câmara de 4 de Março de 1871, em que se pretendia demolir o que restava do Paço e, “(...) no espaço devoluto, fazer um jardim público. Em lugar de destaque erguer-se-ia então um padrão que recordasse a velha casa senhorial”³⁴. Como nos é descrito pelo arquitecto Francisco de Azeredo, “(...) a Câmara de Barcelos chegou a fazer um requerimento, que entregou ao Deputado Joaquim António Pais de Vilas-Boas, para que este o fizesse chegar às mãos do Rei, (...) felizmente este Deputado guardou o tal requerimento (...)”³⁵, sendo tal plano esquecido.

A acalmia só chegou em 1874, quando as ruínas foram cedidas à Câmara pela Casa Real, por escritura realizada no dia 30 de Junho, em que eram vendidas paralelamente algumas moradias que a Casa de Bragança possuía nas redondezas do Paço e Igreja Matriz, com o fim de serem demolidas, “para que se pudesse alargar a rua da Igreja e fosse permitido melhorar o aspecto visual da área adjacente à Matriz e ruínas do Paço. Como única condição, exigia-se da Câmara Municipal *conservar nos terrenos que pretende ajardinar a parte das ruínas, em que concordaram a dita Câmara e o administrador-geral da casa* sob pena de o contrato ser revogado por falta de cumprimento”³⁶.

Dois anos depois, dando mostras de um novo espírito, a Câmara Municipal começa a pensar no restauro do Paço, resolvendo, “em sessão de 8 de Dezembro desse ano encarregar da execução do respectivo projecto o Arquitecto da Câmara do Porto, Gallo Júnior”³⁷. Deste projecto não existem quaisquer referências, assim como de dois outros encomendados posteriormente a António Augusto Vieira (sessão de 4 de Junho de 1886) e ao Capitão de Engenharia, Alberto Monteiro (1890)³⁸. Segundo opinião do Dr. Carlos Brochado de Almeida³⁹, é a este último Engenheiro, na altura a cumprir serviço em Barcelos, que se devem os estudos que resultaram na

³⁴ Almeida, Carlos Alberto Brochado de, *op. cit.*, p. 1.

³⁵ Azeredo, Francisco de, *op. cit.*, p. 26.

³⁶ Almeida, Carlos Alberto Brochado de, *op. cit.*, p. 1.

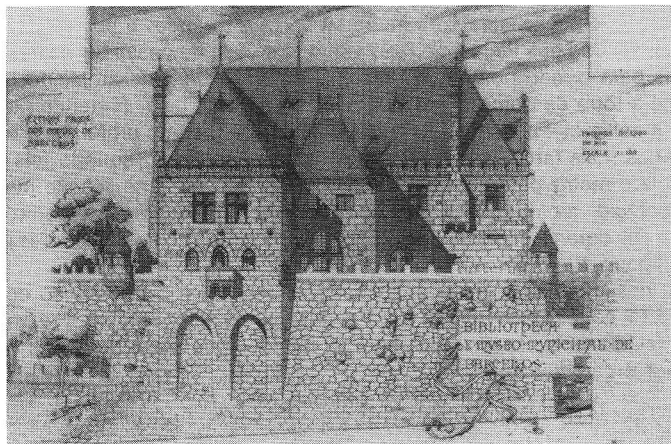
³⁷ Azeredo, Francisco de, *op. cit.*, p. 27.

³⁸ Azeredo, Francisco de, *op. cit.*, p. 27.

³⁹ Almeida, Carlos Alberto Brochado de, *op. cit.*, p. 3.

demolição das casas compradas à Casa de Bragança e na construção do paredão que suporta o Paço.

Já no início do séc. xx, o arquitecto Ernesto Korrodi realiza um projecto de restauro, convertendo as ruínas Condais em Biblioteca e Museu Municipais. Este projecto, do qual nos chegaram vários desenhos, é feito sem grande rigor histórico, tendo sido inconsequente por falta das verbas necessárias à sua execução.



Projecto do arquitecto Ernesto Korrodi (1903)

Em 1905 é instalado o Pelourinho no jardim que tinha sido implantado no espaço deixado vago pela demolição das casas existentes em frente à Igreja Matriz. Este pelourinho tinha sido colocado originalmente na Praça do Município, em frente aos Paços do Concelho.

Na década de 30 a 50 várias foram as mudanças na zona urbana em que se insere o Paço dos Condes de Barcelos. Demoliu-se um conjunto de casas na actual Rua Duques de Bragança, de modo a alargar os acessos à ponte medieval. O quarteirão existente a Nascente da Matriz foi demolido de modo a dar lugar ao monumento ao Bispo D. António Barroso, segundo arranjo do arquitecto Marques da Silva. O desmembramento do quarteirão junto aos Paços do Concelho e Igreja Matriz, terá tido início nesta época, sendo continuado por iniciativa da D.G.E.M.N., nos anos 50, com o intuito de «libertar visualmente os monumentos». O processo conclui-se nos

anos 70, com as últimas demolições que possibilitaram a colocação de uma estátua aos Alcaides de Faria. Entre 1949 e 1950 foi encerrada a rua existente entre o Paço e a Matriz, de modo a poder colocar aí um pequena sala de exposições, voltada ao monumento a D. António Barroso. O espaço sobre esta foi aproveitado para alargar o terreiro a Norte do Paço, permitindo organizar melhor o Museu Arqueológico, que já desde 1903 aí vinha funcionando, mas só oficializado em 1920 por iniciativa de vários arqueólogos amadores de Barcelos.

Em 1954, Francisco de Azeredo apresenta um projecto de recuperação das ruínas do Paço, obtendo com este trabalho o seu diploma de arquitecto. Posteriormente, em 1960, a Câmara de Barcelos pede autorização à D.G.E.M.N. para reconstruir o Paço dos Condes, com base no projecto de Francisco de Azeredo, destinando-o a Museu e Biblioteca. A dita instituição, na pessoa dos seus técnicos da Secção do Porto, reafirmando um parecer de 1956, que tinha sido solicitado pelo Ministro Arantes de Oliveira, refere que é impossível fazer uma reconstituição fiel do Paço por não existirem elementos que a apoiem. Tal hipótese de recuperação vê-se assim condenada por falta de autorização.

Posteriormente não se verificou no conjunto qualquer alteração digna de registo.

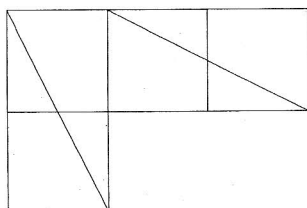
GEOMETRISMO

Apesar da aparente irregularidade compositiva que o Paço possui, foi possível, através da análise geométrica dos compartimentos ainda existentes, descortinar uma lógica de implantação dos diversos volumes. Partindo desta base, reconstituíram-se os compartimentos incompletos, em termos de implantação. Evidentemente que a reconstituição que se apresenta enquadra-se no campo hipotético, só sendo passível de ser confirmada através de sondagens arqueológicas.

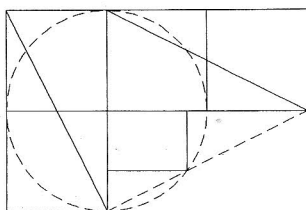
Tal como é possível verificar no desenho que dá forma à referida análise geométrica, a composição do conjunto fez-se à base de triângulos e círculos, tal como é característico da arquitectura Gótica. As medidas, com uma margem de erro pequena, levam-nos a crer que a unidade base foi o

palmo de cerca de 0,22m, situação também comum na arquitectura portuguesa da época e de épocas posteriores.

A composição base é realizada a partir de dois rectângulos (quatro triângulos), que formam um “L”, voltado para o rio Cávado, ficando a base do “L” posicionada a Poente. Estes rectângulos, praticamente idênticos - 83x41,5 palmos e 84x42 palmos - podem ainda ser divididos em dois quadrados cada um, já que o lado de maior comprimento corresponde a metade do lado menor. Esquematicamente a composição base corresponderia ao seguinte desenho:

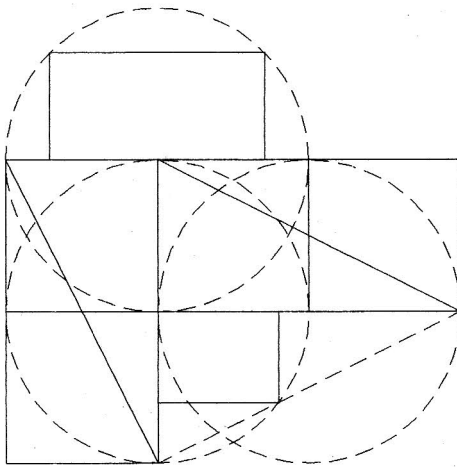


A este esquema seria acrescentado um corpo, também voltado para o rio, cuja geometria seria determinada pelo triângulo que se obtém ligando os dois vértices do “L”. Este triângulo tem as mesmas dimensões que os restantes já mencionados. O vértice deste corpo é depois determinado pela intersecção da hipotenusa do triângulo mencionado, com um círculo, cujo centro se situa na intersecção dos dois corpos base e cujo raio é igual ao lado dos quadrados que os compõem. Este último corpo parece ser claramente um elemento de articulação entre os dois corpos base. É possível verificar o esquema mencionado no desenho que a seguir se apresenta:

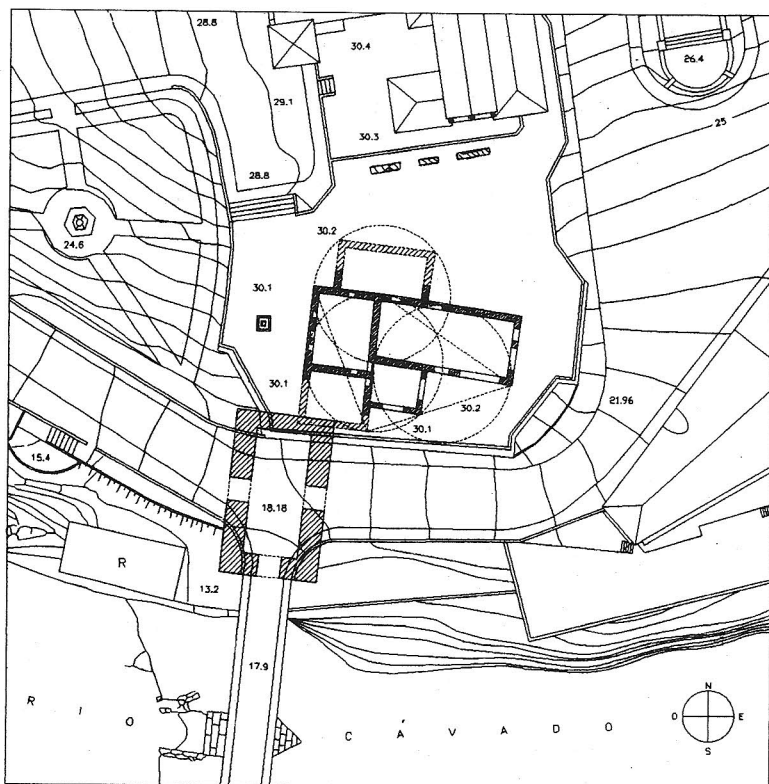


Até este ponto a hipotética reconstituição pode considerar-se pacífica, porém, para a determinação do último corpo, cujos vestígios se

limitam ao arranque das duas paredes na fachada Norte das ruínas, a tarefa afigura-se mais difícil. Por isso, tal como já foi referido, as sondagens arqueológicas são aqui, especialmente, fundamentais para que se possa chegar a alguma conclusão. Geometricamente, este corpo foi determinado através do traçado de um círculo, de raio idêntico ao já usado, que é interceptado pelo prolongamento das paredes existentes, obtendo-se assim os vértices do corpo em falta, tal como é possível ver no esquema seguinte:



Posteriormente a este conjunto adicionou-se, tal como referido na Breve História do Paço, um sexto volume colocado sobre a Torre da Ponte. Por ser posterior, não se desenvolveu um estudo geométrico aprofundado, porém, baseado na descrição do Rev.^o Pedro de Gouvea e na base da Torre existente que são coincidentes, realizou-se um quarto esquema que pode dar uma ideia da implantação da referida Torre.



Os esquemas compositivos acima mencionados, para além dos aspectos simbólicos que eventualmente possam conter e que só um estudo mais aprofundado poderia descodificar, parecem-me ter essencialmente um carácter construtivo e uma raiz geométrica simples, que permitiram implantar o edifício no promontório granítico, no qual se encontra, com alguma eficácia.

FUNCIONALIDADE

Saber com exactidão o modo como as diversas funções domésticas e sociais se desenrolavam nos diferentes compartimentos do Paço é tarefa por demais impossível, devido à falta de elementos documentais que nos apoiem. Pode-se porém, fazer uma aproximação genérica às diferentes funções e ao modo como elas se desenrolavam no espaço, recorrendo quer

à análise da estrutura existente, quer à diversa iconografia que sobre ela se produziu, quer ainda ao Capítulo LXXXI do *Leal Conselheiro* escrito por D. Duarte⁴⁰, irmão de D. Afonso, sobre a forma como deveriam ser distribuídas funcionalmente as casas nobres. O estudo recentemente realizado por José Custódio Vieira da Silva sobre os *Paços Medievais Portugueses*⁴¹, permite também lançar alguma luz sobre esta temática em geral e sobre este exemplo em particular.

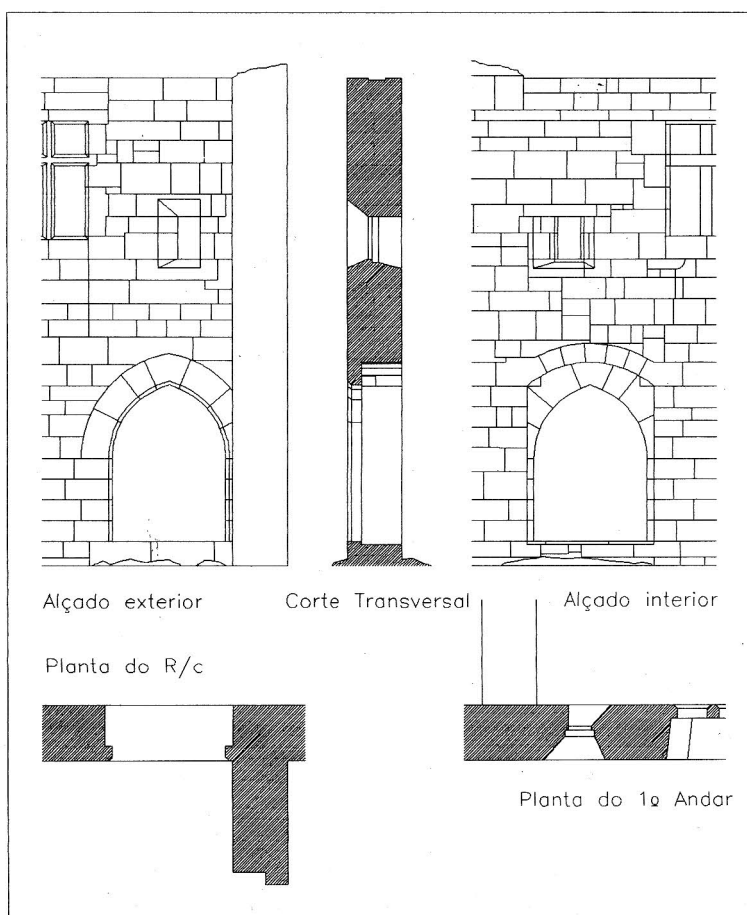
O edifício do Paço dos Condes de Barcelos possui a característica particular de, pela sua implantação e relação com a cerca medieval e torre da ponte, se poder considerar, na essência, como a torre de menagem da cidade, numa miscigenação entre arquitectura palaciana e militar. Existe por isso uma tipologia diferenciada de vãos entre as fachadas voltadas ao rio, mais vulneráveis e por isso de menores dimensões, e as fachadas Norte e Poente, de maior nobreza e dimensão, por estarem perfeitamente protegidas. É ainda neste espírito que se pode interpretar o modo como se realiza a entrada no edifício, já que a porta era defendida por uma pequena fresta, ao nível do 1º andar, que permitia observar quem se aproximava. As características desta fresta são interessantes, já que o modo como ela se abre para o exterior permite-nos concluir que a aproximação ao edifício era feita pelo Nascente, pois é nessa direcção que esta se abre, sendo recta a aresta Poente da abertura, já que nesse sentido erguia-se o corpo Norte do edifício, actualmente demolido. Pela iconografia existente penso poder pôr a hipótese de esta ser a única entrada no edifício, já que todas as outras portas para o exterior dariam para recintos pertencentes ao Paço⁴².

Uma análise do edifício permite-nos concluir que, tal como era hábito nesta tipologia de habitação medieval, existia uma separação clara entre o nível do rés-do-chão e o do 1º andar, destinando-se o primeiro a

⁴⁰ D. Duarte, *Leal Conselheiro* (edição crítica e comentada por J. M. Piel), Lisboa, 1942, p. 303.

⁴¹ Silva, José Custódio Vieira da, *op. cit.*

⁴² As imagens recentemente publicadas na *Barcelos Revista* vêem, penso eu, confirmar esta hipótese. Vide Norton, Manuel Salazar, «Velharias Barcelences», in *Barcelos Revista*, 2ª Série, nº 6, Barcelos, 1995, p. 31 e ss..



Pormenores da Porta de Entrada no Paço dos Condes de Barcelos

serviços e a criados e o segundo aos senhores, sendo uma vez mais a tipologia das aberturas elucidativa quanto a este facto.

O número de corpos que o edifício possuía, cinco, é coincidente com o já citado texto de El-Rei D. Duarte, que reza o seguinte: “Pera mayor declaraçom de como entendo que devemos aver das cousas sentimento virtuoso, eu conssivo no coração de cada huu de nos cynquo casas, assy ordenadas como costumam senhores. Prymeiro, salla, em que entram



todollos do seu senhorio que omyzyados nom som, e assy os estrangeiros que a ella querem viir. Segundo, camara de paramento, ou ante-camara, em que costumam estar seus moradores e alguus outros notavees do reyno. Terceira, camara de dormyr, que os mayores e mais chegados de casa devem aver entrada. Quarta, trescamara, onde sse costumam vestir, que pera mais speciaaes pessoas pera ello perteecentes se devem apropriar. Quinta, oratorio, em que os senhores soos alquas vezes cadadia he bem de sse apartarem pera rezar, leer per boos livros, e pensar em virtuosos cuidados”⁴³. Este conselho dirige-se aos nobres, por isso é natural que o 1º andar do edifício tenha características que possam, coincidência ou não, reflectir esta compartimentação, numa lógica de caminhar do público para o privado, a que corresponde paralelamente uma diminuição das dimensões dos compartimentos, mais de acordo com o crescente intimismo.

Podemos identificar a “salla” com o compartimento de maiores dimensões existente no 1º andar, que se desenvolve de Poente para Nascente, onde se encontram vestígios de uma lareira com uma maior riqueza em termos de tratamento da cantaria, certamente uma imagem de um prestígio que se pretendia público. O corpo a Poente, no qual se situa a lareira a que corresponde a chaminé ainda intacta, poder-se-à catalogar como sendo a “camara de paramento ou ante-camara”, quer pelas suas dimensões, quer pela existência da lareira ou ainda pela tipologia das janelas, semelhantes às do compartimento anterior, denunciando um certo carácter público, ainda que já não tão acentuado como a “salla”. Para os restantes compartimentos não é possível encontrar com certeza a sua função específica, mas que, certamente, corresponderiam globalmente ao que foi escrito por D. Duarte, sendo apenas de realçar, tal como nos é revelado por José Custódio Vieira da Silva⁴⁴, que D. Duarte atribuía ao “oratorio” um carácter duplo de compartimento de rezar e retere.

Ao nível do rés-do-chão podemos identificar o espaço destinado à cozinha como sendo aquele que se encontra inconcluso a Sul, já que a diferente iconografia é coincidente na existência de uma chaminé que partia

⁴³ D. Duarte, *op. cit.*, p. 303.

⁴⁴ Silva, José Custódio Vieira da, *op. cit.*, Vol. I, p. 31.

deste compartimento e sendo este nível destinado aos serviços, penso ser possível localizar aqui essa função. O pequeno corpo a Sul, que como já foi referido na secção sobre o Geometrismo, parece ser um elemento de articulação, tem aqui, ao nível do rés-do-chão, essa função expressa de um modo claro, pois tratava-se de um espécie de alpendre. Certamente daria acesso ao espaço a Sul do edifício, podendo ainda servir para o armazenamento de lenha, visto estar junto da cozinha e ser esta uma função comum na arquitectura vernacular. Aos restantes compartimentos não é possível atribuir funções específicas por falta de elementos que nos suportem qualquer hipótese, à excepção de se poder afirmar, tal como já foi escrito, que a entrada no edifício se processava pelo corpo de maiores dimensões.

Sobre o modo como se realizava o acesso ao 1º andar não é possível ter certezas, podendo só colocar-se a hipótese de a escada ser interior e de madeira, já que nesta tipologia de habitação, como refere José Custódio Vieira da Silva, "(...) um elemento, apesar de tudo, parece ser notório: a ausência de escadarias exteriores"⁴⁵. O ser de madeira deduz-se pela ausência de qualquer vestígio deste elemento na estrutura do edifício.

⁴⁵ - Silva, José Custódio Vieira da, *op. cit.*, Vol. I, p. 35.

AS MARCAS DE PEDREIRO

Durante as várias visitas que foi necessário realizar ao Paço dos Condes de Barcelos, no âmbito deste trabalho, encontraram-se várias marcas na cantaria do edifício, pertencentes aos mestres pedreiros que realizaram a obra. Se numa primeira fase, tomado pelo entusiasmo e por alguma dose de desconhecimento, pensei ser possível descobrir a autoria do risco do edifício, em breve esta ilusão se desvaneceu. É escasso o número de estudos existentes sobre o assunto que pudessem servir de base comparativa, método indispensável para nos podermos debruçar sobre esta matéria. Só foi possível encontrar estudos realizados por dois autores: Joaquim Possidónio Narciso da Silva⁴⁶ e J. M. Cordeiro de Sousa⁴⁷. Não se encontrou neles nenhuma marca igual às existentes no Paço de Barcelos, à excepção dos esquadros, que Possidónio da Silva considera como simbologia maçónica, ao contrário das outras siglas de carácter utilitário, servindo somente para quantificar o trabalho realizado por determinado pedreiro. Cordeiro de Sousa, revela-nos várias tipologias de chave, não sendo nenhuma, porém, idêntica à encontrada em Barcelos.

A importância que assumem, no estudo do Paço dos Condes de Barcelos, as marcas de pedreiro, relaciona-se com a existência de marcas idênticas na Torre de Cimo de Vila, também em Barcelos. A prova de que os mesmos mestres pedreiros trabalharam no Paço e nas Torres e Muralhas, assume importância para a datação da construção do Paço, já que, se não

⁴⁶ Silva, Joaquim Possidónio Narciso da, *Mémoire de L'Archéologie sur la véritable signification des signes qu'on voit gravés sur les anciens monuments du Portugal*, Lisboa, 1868.

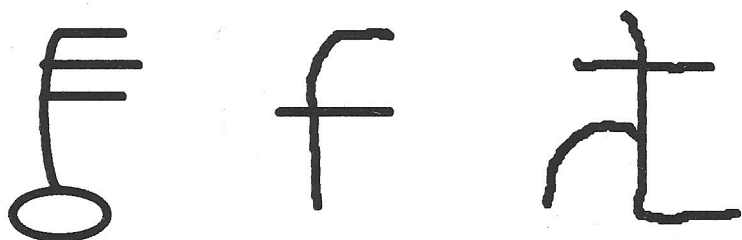
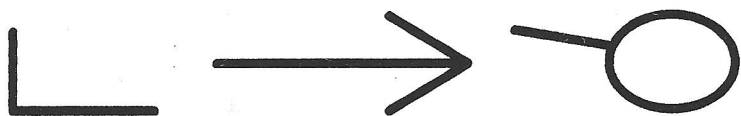
⁴⁷ Sousa, J. M. Cordeiro de, *A sigla do mestre Gomes Martins nas ruínas do Carmo*, Lisboa 1949 e *Novas observações sobre as marcas de canteiro*, Coimbra, 1965.



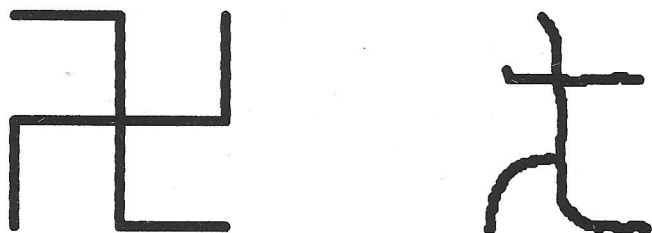
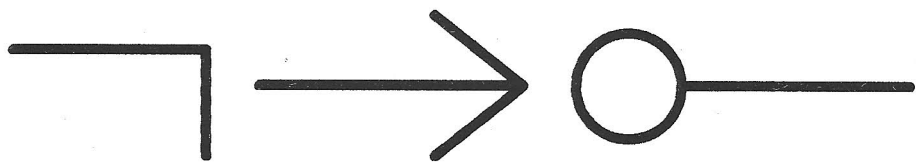
é posto em causa por nenhum autor que se tenha debruçado sobre o assunto, que o sistema defensivo medieval de Barcelos foi erguido por iniciativa do Conde D. Afonso (ou de D. João I), no início do Século XV, já o mesmo se não passa com a residência condal. Com mais este elemento disponível, penso que será possível obter mais certezas quanto à iniciativa da construção do Paço de Barcelos ter partido de D. Afonso e em época anterior ao de Guimarães.

Seguidamente, reproduzem-se algumas das siglas encontradas no Paço dos Condes e na Torre Medieval, para que se possa ajuizar sobre o que se acabou de referir. De notar que as siglas não se encontram desenhadas nem à escala, nem com rigor geométrico, trata-se apenas de um apontamento gráfico que pudesse complementar aquilo que aqui foi escrito.

ALGUMAS MARCAS DE PEDREIRO ENCONTRADAS NO
PAÇO DOS CONDES DE BARCELOS



ALGUMAS MARCAS DE PEDREIRO ENCONTRADAS NA
TORRE DE CIMO DE VILA (OU DA PORTA NOVA)



FONTES DOCUMENTAIS

ANEXO

Apresentam-se aqui os documentos mais significativos para a compreensão da história do Paço dos Condes de Barcelos, de modo que cada um possa ajuizar sobre aquilo que foi escrito.

Sousa, Manuel de Faria e, *África Portuguesa*, Lisboa, 1681, p. 28 e 29

“Los cavalleros a quien siempre viene a tocar en estas ocasiones lo más precioso quedaron ricos. Don Alonso Conde de Barcelos hermano de los infantes e despues Duque de Bragança atendiendo más a lo de Principe hizo desengazar del Palacio de Zalabenzala más de seiscientas columnas de alabastro, y marmol de aquellas de que en aquel tiempo se componiam las puertas, y las ventanas de los principales edificios. De una quadra se sacó entero el arteson por ser de excelentes labores dorados, y vino a servir en otra de su Palacio en Barcelos, como tambien las columnas. Despojo por cierto, a que se inclinarian pocos sugetos en a quel saco, pero inclinacion digna de Real espiritu.”

Sousa, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo V, Lisboa, 1738, p. 75 e 76

“O Bacharel Christovão Rodrigues Azinheiro na *Chronica de Portugal*, que escreveo, e contém hum Epitome das Vidas dos nossos Reys, com o qual chega até o anno de 1535, em que reynava ElRey D.João III. Referindo este mesmo secesso, de que todos no sacco da Cidade de Ceuta tomavão despojos, e que só o Senhor D. Affonso não tomava nada, o advertira ElRey seu pay, e lhe dissera estas formaes palavras: *Todos tomão esbulhos, e vos filho non?* A que elle respondeo, que no fim o faria, e depois de acabado o sacco, tomou o forro da camera de ouro de Calabença, que era pao de *Loes*, (talvez seria de calambuco ao qual chamão: *Lignum Aloes*) as columnas, e huma mesa de marmore muito grande, o que tudo puzera no seu Palacio de Barcellos; e outra mesa de marmore, que collocara por altar a Santa Maria da Franqueira (...)”

Nota: Azinheiro, *Chronica de Portugal* m. f. na Vida delRey D. João I.

Pergaminho nº 40 do Arquivo Municipal de Ponte de Lima
in *O Archeologo Português*, vol. XXI, Janeiro a Dezembro de 1916, Nºs
1 a 12

“XL - 5 de Janeiro de 1482

Traslado de seis capitulos especiais apresentados a el-rei D. João II por Lopo Malheiro, procurador do concelho de Ponte de Lima.

Não se diz em que côrtes foram apresentados, mas é de supor que fôsse Évora, que acabavam de realizar-se.

A carta régia qm que vem trasladados estes capítulos e suas respostas, é datada de Évora em 5 de Janeiro de 1482.

1º «S.^{or} vossa alteza ssabera como o duque dom afomsso em seendo comde de barçellos ouue Carta per que amtre doyro e minho pagasse taalha pera as obras de barçellos e por teer Rezom dauere estes dinheiros ordenou de çerquar o dito luguar de muros e torres o quall ha mais de xxb anos que he acabado E porem sempre pagarã o dinheiro como quer que se a obra nã fizesse ataa era de mill e iij^{os} L anos que o duq de villaviçosa foy amtre doyro e minho e vyo o rrendimento dos dinheiros que pera as ditas obras foy paguado e achou que com aquelle dinheiro so poderom fazer taaes tres çercas e nã abastou as obras seerem acabadas cõ dinheiro e suor dos pobres homes mas ajmda fizerã huus paaços em que vossa merçee e a S.^{ra} R.^a poderam pousar e o duque e sua molher seere bem apousentados. E por lhe parecer a este duque dom fernando q avya ajnda mester mais obra mandou desfazer huua das milhores torres e mais primçipaaes que hi auia pera fazer nas ditas suas casas pera que mãdou leuar a dita pedra e fez com ella muros que parecem mais fortaleza q paaços.

E porque o duque seu paadre quando foy amtre doiro e minho e vyo tanto dinheiro Reçeebido e tam mall despeso parece lhe como home de booa comçiençia q seu paadre tijnha alguu Carrego amte deus pollo quall disse q nam achava outro Remedio para a desemcarregar seña que vossa merçee verã per esta sua carta e asy S.^{or} escrepueo aos outros comçelhos como e esta faz mençã .s. a ponte de lima e seu termo e val devez nobregua Regalados penela ssouto juraz samto esteuã poderã bem dizer e amostrarsya que depois de toda a obra feita se pagarã mais de dous milhões os quaaes se despemderom no q aos ditos Senhores aprouue; pollo qual S.^{or} seja vossa merçee pois por cartas asinadas veedes que a obra he acabada que nos aja vossa alteza por liures de tall paga e farnos hees S.^{or} dereito e merçee e a vossa alteza fique mandardes tornar a fazer a torre a que a desfez aa sua custa E mandees ao dito duque Dom fernando

que nom vse ne mãde Constranger pera as ditas obras polla carta q ouue delRei vosso paadre que deus aja»

«Responde elRei que jsto como na carta do duque velho q mostrã que ouuese desembargo delRei que o mostre e asi a carta q o duque ouue delRei seu paadre cuja aalma deus aja pera esta servintija.»

**Tombo 5 do Julgado de Neiva, fls. 4 v., Arquivo da Casa de Bagança, no Palácio de Vila Viçosa.
in Azeredo, Francisco de, *Os Paços dos Condes-Duques de Barcelos*, Porto, 1954, p. 20 e 21**

“Por Provisão de El-Rei Filipe II, de 13 de Abril de 1601, em que trata o Duque de Bragança, de *mui amado primo*, é feito no Tombo dos bens da Casa de Bragança. A medição, no que se refere aos Paços de Barcelos, foi feita em 15 de Setembro de 1609 e a seguir se transcreve por ser de grande interesse.

«*tem o Duque nosso Sñr. hus Paços Dentro da Villa de Barcellos que estão sobre a ponte do Rio Cabado que he serventia da Ditta Villa e tem seis casas torres de q hua dellas que he a que cabe sobre a ponte não tem sobrado nem tecto e he a mais Alta de todas, e pella Banda de fora tem hua Varanda estreita de Pedra ao Redor della quasi pello meo e as tres Casas torres que se seguem tras esta tem seus tectos telhados de telhoes grandes sem nenhu sobrado, e as duas Casas mais que estão Pera Abanda do norte e nascente, não telhados nem sobrados e a está Pera a banda da Rua do Priol serve de quintal e outras que se não acabarão q estão P. a ABanda do norte servem de quintal e partem do norte com a igrja Collegiada e do sul, cõ a ditta Ponte e do nassente com o Recio e Rua Chamada do Priol e do poente Com as Casas terreas Reguengas de B.ar Machado t.am, por serventia da escada de pedra em meo que vai da Igreja Pera a ponte e postigo da Dita Villa esta obra he De Pedra lavrada de scoadria grande e fermosa»*”

**Arquivo da Casa de Bragança, em Barcelos, Tombo 15, fls 900 v.
in Azeredo, Francisco de, *op. cit.*, p. 23**

“Em 20 de Fevereiro de 1706 faz-se nova medição dos terrenos onde assenta o Paço, que igualmente transcrevo.

«*Tem o Duque nosso Senhor nesta Villa de Barcelos hus Paços dentro della q. estão sobre a ponte no fim della por onde paço o Rio Cavado, que medidos de nacente a poente tem quarenta e sete varas partindo pelo Sul com a Rua por donde se entra na dita ponte para esta villa*”

e pello nacente tem de largo quinze varas entestando na dita Rua e penedos juntos dos ditos paços e pello norte tem de comprido trinta e nove varas partindo com o Adro, e Igraja Matriz da Collegiada desta mesma villa e pelo poente tem de largo trinta e cinco varas athe topar no muro, entestando na serventia que desse da dita Igraja pera a mesma ponte ; E constão os ditos Paços de seis cazas e algua terra junto dellas a modo de quintal pera a parte do Sul, e todas as ditas cazas estão descobertas sem telhados nem Sobrados, e hua das ditas cazas he a mais alta de todas ellas e cabe sobre a dita ponte, com sua varanda estreita à roda da dita caza, e todas ellas são de pedra esquadria e tem suas portas e janelas e chiminés, E alguas ameyas por cimo das paredes»”

Rev.^o Pedro Ribeiro de Gouvea, *Memórias Paroquiais de 1758*, T.T., Vol. 6, nº 33, p. 263

“«Está situada esta Villa para a parte do Meio dia, sobre grandes rochedos que se levantão da margem do Rio Cavado, por modo de ladeira até à altura de sessenta palmos, e em outras partes mais, os quais servem de fundamento à muralha da mesma Villa e ao grande Palacio dos Duques da Serenissima Casa de Bragança, a qual tem hua sobreba e m.to levantada torre com que esta unida a formosa ponte, que dá entrada pela porta principal da dita torre, e no interior dela por duas mais para a mesma Villa, sendo esta pelas mais partes situada em Campina, que se levanta algum tanto para o Norte»...

«He esta Villa cercada com hua boa e alta muralha de alvenaria, cercada a toda a volta com ameas quadradas da m.ma fabrica, com seteiras no meyo de cada hua; obra muito forte pela qualidade da argamassa. A volta da muralha tem tres torres m.to altas de quantaria sendo a maior e a mais levantada a do Palacio dos Duques da S.ma C. de B. que esta unida com a ponte. Tem esta torre os fundamentos bem perto da margem do Rio, sobre rohedos muito fortes e subindo até igualar com a ponte e terrapleno da Villa, tem tres portas, como já dissemos ; e daqui se levanta em tanta altura que excede de sento e cincoenta palmos com duas varandas de pedra e na ultima tem janelas de todas as partes. No interior desta torre que de Norte a Sul tem setenta e cinco palmos e de Nascente a Poente trinta e tres esta hum tanque com hum Milagrosa Imagem de S.ta Monica esculpida em pedra ; as suas portas tem de largo quatorse palmos e treze de grosso nas paredes. No cerquito dos muros desta Villa hão sete portas, e hu postigo. A primeira fica debaixo deste Palacio, e na sua frinzeira ; a segunda chamada do Pecegal, que fica sobre o Rio no alto dos rochedos entre dous fortins que faz a muralha. Mais acima tem a porta chamada da Ferraria, que fica para Oriente.

Seguia-se antigamente mais acima a porta de outra torre que tinha outra porta no seu interior; mas depois como se fez da torre Cadeya da Villa se abriu a pouca distancia para o Norte a que hoje chamam porta nova . Voltando daqui para poente está a porta da Ferraria ; e a que acima tambem chamamos da ferraria se chama a porta da rua de Velhas, que por equivocação se disse ser da Ferraria. Mais abaixo esta a porta chamada do Valle que fica debaixo da torre assim chamada, e que no interior olhando para o meio dia tem outra por onde se caminha para a Villa pela Rua da Esperança ; sobre a qual esta hu nicho que recolhe hua Milagrosa Imagem de hu Santo Crucefixo. Segue-se ultimamente a porta da fonte de baixo olhando paraa o Ocidente ; e junto da torre do Palacio da parte do ocidente tem hu postigo chamado dos pelames. No interior de Villa tem outra torre toda a quantaria, que tambem foi da fundação da Villa ; e hoje serve de Casa da Camara sobre a qual esta o relógio. Junto desta torre esta o Paço do Concelho, aonde os Ministros fazem audiencias, toda coroada de ameas e sustentado sobre quatro arcos para o lado da Igreja Matriz, e hu para a Rua da Misericordia»."